

## **“NADA NOVO EM 400 HOMENS BRANCOS DECIDIREM O DESTINO DO BRASIL”<sup>1</sup>**

*Mário Augusto Medeiros da Silva<sup>2</sup>*

Fará 100 anos, em 2018, o alerta que o jurista e sociólogo Francisco José de Oliveira Vianna escreveu em seu *Populações Meridionais no Brasil* para aqueles que, cifradamente, eram seus interlocutores. Ele chamava a atenção de seus pares, na introdução do primeiro volume do livro, para que parassem de titubear, como o faziam desde um século antes e assumissem o destino do país. Mais adiante, dentro do livro, o autor aprofundava seus argumentos, afirmando que um dos grandes problemas da organização da vida social brasileira, nos seus quatro séculos de existência, teria sido o controle da *anarquia branca*. Grosso modo, numa terra onde havia muitos chefes, com diferentes níveis de poder e que o Estado se mostrava ausente ou um lugar em disputa, organizar a classe dominante era urgente, para manter o controle geral.

É curioso que naquele argumento, o rei em Portugal, seu príncipe herdeiro, capitães hereditários ou latifundiários operam todos como chefes de clã. Não irei discutir aqui como de nobres feudais da terra essas figuras passam, no livro, a caudilhos e chefes (portanto, flertando com o banditismo e a ilegalidade). O que importa reter é que, há quase um século, um dos diagnósticos conservadores mais influentes sobre a sociedade

---

<sup>1</sup> Contribuição do autor para a Mesa sobre conjuntura política -“Temer o presente? Reflexões sobre a crise brasileira”, realizada no mês de outubro de 2016 como atividade do III Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH, UNICAMP.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: mariomed@unicamp.br

brasileira explicitava a necessidade resolver pelo alto os problemas sociais. Além disso, se a grande questão era organizar a anarquia branca – e assim, criar formas de solidariedade mais orgânicas, especialmente entre o grupo dominante – a pergunta sobre a parte não-branca da população soa inquietante, não é mesmo? A resposta do nosso autor: a escravidão organizava os negros até 1888. Portanto, não era um problema. Quanto aos mestiços, brancos pobres e o resto, eles compunham o povo. E o povo, nos ensinava Oliveira Vianna, demanda um protetor, um chefe, se ressentido da falta de mando.

Espero que isto cause desconforto naqueles, progressistas e democratas, que nunca leram *Populações Meridionais*. Mas não um desassossego no sentido de jogar no lixo o pensamento deste autor ou de queimá-lo em praça. Isso seria errado e expressão de anti-intelectualismo. E demonstraria, uma vez mais, que nada compreendemos sobre a história e vida social brasileira, especialmente ao não compreendermos as formulações e ações práticas de seu pensamento e atitudes conservadoras ou autoritárias. Existe uma diferença importante entre apostar que a sociedade pode se organizar de maneira autônoma com as expressões da vida civil (associações, partidos, liberdade política etc.) e que ela precisa ser organizada pelo alto e conduzida. Recordo a vocês que nosso autor foi Ministro do Trabalho e organizador de Legislação Trabalhista nos anos 1930 e 1940.

Mas o que isso tem a ver com os eventos que se desenrolam imediatamente desde abril de 2016? Algo e nada. Nada para aqueles que acham que investigar a história das ideias é exercício de arqueologia ruim. E também se consideramos que a História é fluxo contínuo e não se repete (não se banha no mesmo rio duas vezes). Mas pode sugerir algo se tentarmos observar a força social das ideias e como, infelizmente às vezes, elas insistem em se atualizar. A História, assim, deixa de ter o sentido de fluxo contínuo, mas de uma luta de interpretação e narrativa, com consequências. Inclusive, positivas para o combate ao conservadorismo e à reação.

Os acontecimentos de 2016 não são apenas eventos corriqueiros e tampouco são resumíveis entre os fatos ocorridos entre 17 de abril (a

votação da admissibilidade do impeachment na Câmara Federal) e 31 de agosto (com a decisão do impedimento no Senado). E creio que a compreensão destes eventos, sociológica e historicamente, demandará ainda bastante tempo. Um tempo que é necessário às ciências sociais, mas de que não possuem e nem podem dispor os movimentos sociais, a luta política e os sujeitos atingidos pelo golpe. Eu não farei análise de conjuntura aqui. Procurarei refletir como sociólogo e cidadão com certo vagar. Os acontecimentos de 2016 são um espirro histórico e fazem parte de um processo social mais amplo, cujo balanço pode ser retornado a 1918, 1932, 1937, 1945, 1954, 1964, 1985. A todos os períodos que podemos ver como componentes de *intervalos democráticos* da vida republicana brasileira do século XX. Se são interregnos, a nossa regra, portanto, não tem sido a de conviver bem com a democracia. Pelo contrário: um outro diagnóstico bastante famoso a nosso respeito, escrito em 1936, vaticinava que, entre nós, a democracia sempre foi um lamentável entendido (*Raízes do Brasil*).

Portanto, se quisermos ser modestos, os eventos de 2016 talvez precisem ser analisados à luz do nosso último intervalo democrático mais ou menos pleno, iniciado com o que se chamou de *Nova República*. Ironia da História: o termo novo, pixado no muro de uma casa em Barão Geraldo ou cunhado sobre o período inaugurado por José Sarney é algo esquisito. A República era nova com Sarney como presidente. Nada novo existe no nosso 2016 porque repetimos insistentemente aspectos da nossa história, com velhos personagens, dos últimos trinta anos, que se metamorfosearam diferentes vezes, atuando em papéis à esquerda ou direita, com a esquerda e com a direita, na reta sinuosa que é o centro. Pensemos em Sarney, Collor, Renan Calheiros, Lula, Aécio Neves, Espiridião Amin, Fernando Henrique Cardoso, Celso Bandeira de Mello, Marco Aurélio Mello, Hélio Bicudo e outros tantos personagens políticos revividos seus papéis.

A velha novidade do golpe também se atualiza no que ele possui de mais dramático, enquanto operação. Ele organiza a anarquia branca e ela se expressa na configuração do novo ministério que toma posse como governo interino e posteriormente como governo definitivo. Homens, brancos, velhos, plutocratas e com base social numa parcela dominante da população que viu como ataques mortais em seus privilégios os acenos

aos direitos sociais nos últimos 14 anos. Que pararam de flertar com seus inimigos de classe e antigos opositores, assim que estes lhes cortaram benefícios e vantagens, lícitas e ilícitas, denunciadas em mídias várias. 2016 é só um fim do flerte fatal.

O desmantelamento do Ministério da Cultura, da Secretaria Especial de Mulheres, Secretaria de Promoção de Políticas Raciais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no primeiro dia do governo interino, não são apenas medidas de governo. Elas têm que ser lidas de forma mais incisiva e dramática porque atacam, simbólica e politicamente, os sujeitos sociais que tomaram expressão na cena pública inaugurada em 2002 com o PT: negros, mulheres, gays, sem terra, despossuídos, pobres, povo. Vejam: eu não disse que o PT inventou esses sujeitos e suas lutas sociais. Pelo contrário: o partido foi composto por ela e muitas outras. Mas o PT, com seus alcances, limites e dubiedades, os exprimiu na cena política em seus governos, durante certo tempo. Isso não é pouca coisa e este legado não pode ser esquecido, mesmo para criticá-lo.

Ao organizar a anarquia branca contemporânea, portanto o golpe é uma reorganização da parcela dominante, com apoio enorme de uma parcela intermediária da vida brasileira, que foi às ruas pedir coisas como *intervenção militar, fim da baderna, as instituições de força, a moralidade da justiça* etc. É mais complexo que isso, evidente. Mas esta rusticidade analítica pode ser um ponto de partida para começar a pensar. A via democrática, da disputa de projetos, da luta nas urnas, não foi um pedido constante das ruas, depois de 30 anos de *Nova República*. E a parcela dominante que se organizava gestando o golpe – há quanto tempo não sabemos – soube usar bem o chamado da intervenção, neutralizando-o no instrumento legal e previsto na Constituição Federal, com o impedimento/impeachment. “Tudo foi feito dentro da estrita legalidade”, diz o presidente conspirador constitucionalista. Mas sabemos, cientistas sociais, que entre a letra da lei e a realidade da luta social podem existir oceanos de distância.

Tudo foi feito dentro da lei porque previsto em Constituição. Mesmo que restem dúvida sobre o ponto de partida básico do impedimento – o crime de responsabilidade do Executivo. Este pontapé inicial gera guerras

de interpretação. E considero que somente o tempo nos permitirá olhá-lo, cientificamente, em sua dimensão maior. Porém, o tempo necessário da Sociologia e da História não são compassados com o tempo da cidadania. O aqui e agora em que estamos exigem uma tomada clara de posição. Assim, o golpe o é, para mim, porque emerge das sombras da luta política e escarra na boca que o beijou sistematicamente ao longo do presidencialismo de negociata e conciliação permanente desde 2002. Num dos primeiros atos públicos em defesa do governo Dilma, em 18 de março, o ex-presidente Lula discursou na avenida Paulista não para o povo que se encontrava ali – movimentos negros, LGBTTI, CUT, MST, MTST, uma classe média de esquerda e movimentos da periferia paulistana. Ele discursava perplexo à parcela dominante que abandonava o barco: “Em meu governo, nunca antes na história deste país banqueiros, empresários, fazendeiros, comerciantes ganharam tanto dinheiro”.

A organização do projeto dominante da classe dominante em torno do golpe, em torno das forças antes anarquicamente conciliadas com seus inimigos de classe, não representa apenas a capitalização do anti-petismo ou a destruição do sentido político de Lula, Dilma ou as derrotas acachapantes do partido e de outras expressões mais à esquerda da vida política nas eleições municipais de outubro. Isso é menor. Mesmo a liquefação, no presente, do PT enquanto partido é pequena e pouco importante. O grande golpe, o grande ataque, de fato, se revela nos sentidos concretos que este governo tem dado às suas ações. Não é apenas o PT que tem ido para o brejo. Mas, pelo menos, um século de luta social dos que vêm de baixo e que se opuseram historicamente à organização da anarquia branca. São os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, da cidadania que tem etnia, gênero e identidade sexual diversa, dos que vivem à margem de tudo que estão em jogo e sob ataque. Repito: É mais de um século de luta social, se quisermos modestamente marcar com a Abolição e a República o início de mudanças sociais importantes em nossa História, que estão sob ataque: mulheres, negros, gays, operários, camponeses, pobres, periféricos. Todos os que passaram de nomenclatura sociológica para sujeitos de direitos no século XX. Todo o Povo que entrou na cena histórica do século XX, com o pior ponto de partida, como nos ensinou Florestan Fernandes há mais

de 50 anos em *Integração do Negro na sociedade de classes*.

Por outro lado, convenhamos. Se nada há de novo em 400 homens brancos controlarem a cena política, isto significa que também nada há de novidade na necessidade da resistência e da luta social. Temer o presente? Não. Enfrentar o presente. Esta foi a tônica dos grupos sociais que estão agora sob ataque e que existiam muito antes do PT. Há algo muito bonito que aparece nas resistências ressignificadas ao golpe, por meio dos movimentos sociais e suas expressões no *facebook*. A frase, por exemplo, “Luto para mim é verbo”. Isso é de uma atualidade e coragem política impressionante. De estado catatônico e paralisia psíquica a palavra passa de substantivo negativo a verbo, portanto, a ação. Lutar é ato, agir, nos dizem os movimentos sociais. A luta social, portanto, a História, não acaba aqui. Se não compreendermos isso, não entenderemos também o contínuo retorno dos sujeitos sociais na História que sobrevivem aos massacres, flagelos, projetos de destruição permanentes. Não é apenas a resistência à mudança que permanece entre nós. Mas também a resistência à mudança, expressos na organização dos que vieram de baixo e de seus descendentes.

Otimismo da minha parte? Nada disso. Estou sendo o mais sociologicamente cético. A história social é um processo de longa duração e não possui uma interpretação única. Portanto, é conflitiva, tanto em seu ato como em sua narração. Por outro lado, o drama do presente é que só conseguimos ver o fim imediato, que se estende na ponta do nosso nariz. E parece ser verdade, com a devida proporção, o que dizia Robert Kurz anos atrás, na famosa abertura de seu *Colapso da Modernização*: “Nunca houve tanto fim”! Os direitos conquistados se esboroam todos os dias numa narrativa neutra de austeridade, necessidade, moralidade e combate à corrupção. Nós nos esfacelamos a cada dia com esta narrativa. Mas a História não acaba aqui, não termina conosco, não chegou ao término.

O que fazer? Não tenho receita. Nem um diagnóstico. Isso me leva a pensar o quanto pode parecer que faço parte de uma ciência inútil, como vaticinou o governador de nosso estado meses atrás. Estou apostando num princípio político, teórico e normativo da luta social como motor da História. É só isso. Nenhuma novidade também. De outro lado, na

sociedade burguesa de fins e ciência úteis à exclusão do capital, ser inútil tem um quê de resistência. Assim como face à organização da anarquia branca dominante, diferentes formas de resistência foram gestadas nos quatro ou cinco séculos de sociedade brasileira: suicídios e abortos escravos, insurreições, quilombos, associações religiosas camufladas, organizações políticas explícitas, festas populares, música e literatura, ressignificação de mitos e mesmo o riso. Da mesma maneira que face a um governo conspirador cujo lema é “Não pense em crise, trabalhe”, começar a parar para pensar é começar a resistir.

Tudo isso pode soar principista ou assustadoramente vago. Especialmente para uma geração crescida nos anos 2000, em que parecia que os dias serão infinitamente promissores. A História não acaba aqui. Uma cena do futuro se fechou, mas não o futuro. Como dizia um personagem icônico de um filme desta época, “Bem-vindo ao deserto do real”. Bem-vindos, todos nós, ao enfrentamento do real. E este real é complexo, sinuoso, desliza por meio das questões sociológicas, que não compartilham do mesmo tempo da luta política. O tempo da reflexão exige perguntar, por exemplo, por que uma parcela significativa de sujeitos sociais que passaram da nomenclatura sociológica para sujeitos de direitos, como disse lá atrás, se tornaram apoiadores conscientes deste cenário; por que um século de luta social corporificada em trinta anos de vida partidária se liquefez em questão de meses; quais são as bases sociais do conservadorismo da vida política e cultural brasileira que se atualizam e resistem às mudanças sociais etc. Estas e muitas outras perguntas são convidativas às armas que possuímos, as armas da reflexão. Bem-vindos ao enfrentamento do real.

